

## O negro revoltado

“Eu me revolto, logo nós somos”  
Albert Camus: *L'Homme Révolté*

O presente volume reúne vários trabalhos apresentados ao I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950. Além das teses, indicações, depoimentos e contribuições diversas, o que marca a sua originalidade e a sua força é a presença do próprio negro em ativa participação. O registro taquigráfico revelará que o negro brasileiro não aceita nem paternalismo nem intermediários para suas reivindicações. Dialogando com pessoas de quaisquer origens raciais e pertencentes a classes sociais as mais diversas, ele firmou seus princípios, sua tática e estratégia, recusou a tutela ideológica. O texto que se segue é a fixação ao vivo do que o negro pensa, sofre, aspira, reivindica e combate. Nesse conclave houve liberdade plena e total a todas as manifestações pertinentes aos temas em debate. Isso deu ensejo a que as várias orientações que, ao longo dos anos, vinham se configurando a respeito dos estudos e do comportamento do homem de cor viessem à tona e mesmo se radicalizassem. Duas correntes mais significativas sobressaíram: de um lado, a maioria, constituída do povo negro, pessoas destituídas de títulos acadêmicos ou honoríficos; e, de outro, os que se auto-intitulavam ‘homens de ciência’. A camada popular e o grupo dos ‘cientistas’, ao final do Congresso, se chocaram violentamente. Foi quando estes últimos tentaram, após a assembléia haver aprovado a “Declaração Final do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro”, fazer aprovar uma outra “Declaração”, esta assinada somente pelos ‘cientistas’. Ocorria que, não se deixando manipular pelos que se julgavam autoridades no assunto, a camada popular impediu aos ‘cientistas’, naquele ato de recusa à sua “Declaração”, que os resultados do Congresso fossem

por eles domesticados e desvirtuados. O povo negro venceu a sutileza daquele tipo de *intelligentzia*, alienada de seus problemas.

Artur Ramos havia dito certa vez competir “a uma elite negra, com seus líderes, traçar normas, diretrizes, para o futuro de seu povo de cor”. Foi ainda um ilustre professor da Sorbonne, de Paris, o sociólogo Roger Bastide, quem, numa das sessões mais vibrantes do Congresso, proferiu:

“Acho que o Congresso do Negro Brasileiro não deve ser unicamente um congresso de estudos afro-brasileiros, mas deve distinguir-se pelo seu trabalho de ação. É um congresso onde se discutem idéias por um Brasil maior. Estou feliz, porque neste congresso ninguém dorme. Todos discutem, dando bom exemplo de democracia social e política.”

Infelizmente o comportamento dos ‘cientistas’ impediu que se concretizasse o ‘bom exemplo’ preconizado por Roger Bastide e Artur Ramos. E tal foi o abismo que se abriu entre as duas correntes que se viram irremediavelmente afetados os resultados do Congresso. Sobretudo prejudicou a divulgação dos Anais na ocasião oportuna, assim como o cumprimento das recomendações da Assembléia. Várias teses, pareceres, discursos e atas, por exemplo, foram, em confiança, emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto que, na época, realizava um trabalho para a Unesco sobre o negro no Rio de Janeiro. A maior parte do material emprestado jamais me voltou às mãos. O extravio desses documentos foi denunciado por Guerreiro Ramos em artigo no *O Jornal* (17-1-54) ao analisar a autoridade científica do Sr. L. A. Costa Pinto:

“... confirma no livro que acaba de publicar — *O Negro no Rio de Janeiro* — a sua incompetência em matéria de sociologia e a sua falta de probidade, já reveladas em trabalhos anteriores. (...) *Lutas de Família* é, assim, uma ilustração do primarismo sociológico e da *desonestidade em todos os sentidos* [o grifo é meu] (...) vai ficar na história da sociologia no Brasil como o autor da maior chantagem ocorrida em tal domínio.”

Aliás, Gilberto Freire também se refere a “antropólogos e sociólogos, *alguns talvez tendenciosos* [o grifo é meu], encarregados pela Unesco de realizar no Brasil um inquérito sobre relações de raça” (“Prefácio” a *Religião e Relações Raciais*, de René Ribeiro), o que naturalmente não se aplica nem a René Ribeiro (Pernambuco) nem a Roger Bastide e Florestan Fernandes (São Paulo), cujos trabalhos em suas respectivas áreas mereceram o respeito de todos. No que se refere à parte carioca da pesquisa, além de Guerreiro Ramos, outras pessoas se manifestaram condenando a tendenciosidade ‘científica’ do livro do Sr. L. A. Costa Pinto, entre eles o assistente social Sebastião Rodrigues Alves que, em conferência pronunciada na ABI, disse:

“Tudo leva a crer que esses aventureiros têm propósitos de achincalhar o negro e de permanecer na sua costumeira posição de ‘senhores’. Essa industrialização dos estudos afro-brasileiros e relações de raças é uma atividade muito rendosa, não só no âmbito econômico-financeiro, como também na ascensão dos ‘estudiosos’ que se tornam donos do problema do negro e se lançam numa aventura perniciosa, afirmando, erroneamente, que o negro tem tais complexos, tais e tais comportamentos, e reagem desta ou daquela forma. (...) Andou manuseando as atas e teses discutidas no Congresso, tirando ali algo para suas presunçosas e impostoras alegações. É tão capcioso esse pseudocientista que tem a desfaçatez de afirmar estar dando um aspecto novo aos estudos do negro no Rio de Janeiro. (...) É realmente uma forma usurpadora e medíocre de se aproveitar do trabalho alheio. (...) Os ‘cientistas’ e ‘estudiosos’ têm procurado transformar nosso trabalho em arapuca ideológica”.

Ao que o Sr. L. A. Costa Pinto contesta referindo-se genericamente aos negros que, tanto no Congresso ou fora dele, recusaram sua ‘ciência’:

“Duvido que haja biólogo que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do es-

tudo do qual ele participou como material de laboratório.”  
(*O Jornal*)

Recentemente procurei Édison Carneiro (co-organizador do Congresso comigo e Guerreiro Ramos) e indaguei se ele por acaso não teria em seu poder as atas e outros documentos emprestados ao Sr. L. A. Costa Pinto. A resposta foi negativa. Em consequência, este volume não tem a responsabilidade dos demais membros co-organizadores, mas somente a minha, de secretário-executivo do Congresso e de diretor do Teatro Experimental do Negro, entidade promotora do certame.

#### NA ROTA DO PRECONCEITO

Certa a colocação de Martin Luther King: “A compreensão superficial das pessoas de boa vontade é mais nociva do que a incompreensão absoluta das pessoas de má vontade.” Nos dias que correm, a situação racial no Brasil está obnubilada por tal crosta de estereótipos, clichês e condicionamentos estratificados que somente através de um choque traumático — grito patético de *revolta* — talvez fosse possível arrancar a consciência brasileira do hábito e do torpor. Lembrando Sócrates, o líder negro norte-americano da não-violência advoga, entretanto, a tensão de espírito como forma de supressão da escravidão a mitos e meias-verdades. Possivelmente usando tal instrumento catártico, a classe de brancos e brancóides — detentores dos privilégios econômicos e sociais — se sensibilizaria à marginalização do negro, à sua dor secular, ao seu inconformismo submetido, mas não aniquilado de todo.

Teriam as classes dirigentes deste país uma irremediável incapacidade de sentir, com Joaquim Nabuco, pelo menos, “a dor maior — a do Brasil ultrajado e humilhado; os que têm a altivez de pensar — e a coragem de aceitar as conseqüências desse pensamento — que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos?”

Ou estaremos exagerando? Seremos os criadores de um problema artificial, inexistente neste país, conforme somos frequentemente acusados?

Recordemos algumas incriminações desse tipo. Por ocasião do concurso de artes plásticas do Cristo Negro, uma cronista do *Jornal do Brasil*, em 26-6-55, dizia:

“Pelo seu exemplo de abnegação, de renúncia, de bondade, a Mãe-Negra, que nos embalou o sono, que nos deu seu leite, foi a grande formadora do nosso coração. (...) Essa exposição que se anuncia deveria ser proibida como altamente subversiva. Tal acontecimento realizado às vésperas do Congresso Eucarístico foi preparado adrede para servir de pedra de escândalo e motivo de repulsa. O nosso descontrolo moral, a nossa grande falta de respeito e de bom gosto, o nosso triste estado d’alma, não podem ser dados em espetáculos aos que nos visitam. Damos daqui nosso brado de alarma. As autoridades eclesiásticas devem, quanto antes, tomar providências para impedir a realização desse atentado feito à Religião e às Artes. O próprio povo brasileiro se sentirá chocado pela afronta feita.”

Conforme se percebe facilmente, a articulista convoca o poder policial a fim de impedir uma manifestação de arte e cultura, na qual, aliás, participaram em grande maioria os artistas brancos. Estes compreenderam que uma arte brasileira, para ser autêntica, precisa incorporar a ela o *canon* negro que permeou nossa formação desde os primeiros dias. Para desgosto da cronista, o cardeal D. Jaime Câmara e o bispo D. Hélder Câmara deram seu apoio e patrocinaram o Cristo de Cor.

A atitude cautelosa de certas pessoas é outra forma de manifestar incompreensão. Por exemplo, J. Etienne Filho, na *Tribuna da Imprensa*, de 14-1-1950:

“O problema não consiste em isolar o negro, mas em assimilá-lo. Uma revista, um teatro, um clube, exclusivamente para o elemento negro, não corre o perigo de hipertrofiar um sentimento de grupo? O problema não é de assimilação, antes que de segregação? (...) Por isso, tememos que iniciativas louváveis como o *Quilombo* ou o TEN possam ser contraproducentes, isto é, consigam o aplauso daqueles que o dariam, de qualquer modo, a qualquer medida anti-racista,

mas, por outro lado, afastem aqueles que nisto podem ver um excelente pretexto para o desenvolvimento de suas teorias de sangue puro ou de supremacia de raças.”

Sempre o receio do racismo antibranco! Não ocorre a J. Etienne Filho que a hipótese de atitudes antibranças partidas de negros é muito menos perigosa do que o efetivo, concreto, imediato procedimento antinegro de parte de nossa sociedade? Quem está advogando segregação? Nós, os segregados? Ou nossos segregadores?

Interpretações desse gênero surgem freqüentemente em nossa imprensa. Evoco ainda o *Correio da Manhã*, de 9-7-1950, quando uma jornalista, assinando sua matéria, entrevista Katherine Dunham, em visita ao nosso país. Lá pelas tantas a redatora coloca na boca de Katherine estas palavras:

“No Brasil, onde o problema não deveria existir, tive uma impressão desagradável ao ver um jornal feito por negros e para negros, chamado *Quilombo*. Não é um título que me pareça adaptado segundo li nos seus livros — disse para Gilberto Freire — e parece-me que aqui, onde o problema não é igual ao dos Estados Unidos, os negros devem ler a imprensa de todos, não se segregarem voluntariamente, o que pode dar resultados nefastos. Quando discuti esses problemas com o líder de um movimento ‘negro’ disse-lhe: ‘Você me faz lembrar Marcus Garvey’.”

Há uma série de inverdades como essa da segregação voluntária do negro, de jornal “feito por negros e para negros”. A eterna incompreensão mais próxima à intriga do que ao equívoco. A própria Katherine, de São Paulo, onde se encontrava, em carta àquela jornalista retificou:

“Como a senhora sabe, sou uma grande amiga de Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, e seus associados, que fazem parte do teatro negro. Sou perfeita conhecedora dos seus problemas, assim como dos negros brasileiros, especialmente porque eu mesma fui vítima da discriminação racial aqui em São Paulo. (...) Falando ainda de um ponto de

vista puramente científico, e acredito que isto tenha ficado claramente entendido entre nós, Gilberto Freire e eu, a publicação do *Quilombo* é um reconhecimento da segregação do negro brasileiro, e Abdias do Nascimento, se quisesse seguir a tese apresentada em minha conferência, que foi o ponto de partida de toda esta discussão, teria toda justificativa em ser um ‘Messias’ de um povo oprimido e deprimido. Eu não posso afirmar ser esta a intenção, ou mesmo o desejo, do Sr. Nascimento, porque ele nunca o expressou para mim. Sei apenas ser ele uma pessoa profundamente preocupada e conhecedora das condições existentes e está disposto e animado a tentar melhorar estas condições (...) o Sr. Nascimento que, certamente, conta com a minha completa cooperação.”

Os nossos críticos, se fossem tão fiéis à verdade quanto são apressados nos julgamentos irresponsáveis, equivocados ou maliciosos, constatariam facilmente a ausência de quaisquer intenções ou propósitos auto-segregacionistas, de supremacia de raças, etc., etc. Se usamos as expressões *raça*, *racismo* é, evidentemente, conforme o entendimento informal, popular, acientífico. Como sinônimo de etnia e nunca como purismo biológico. Convém acentuar, entretanto, que o tabu, em que se erigiu a palavra *raça*, jamais impediu e jamais impedirá que exerçamos os atos ditados pelo nosso sentimento de responsabilidade para com o futuro do negro no Brasil. E nem o temor ao apodo infamante de racista será bastante forte para abafar nossa rebeldia ante “essa triste perspectiva, o expediente de entregar à morte a solução de um problema”, como dizia Joaquim Nabuco, que acrescentava:

“O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos.”

Entregar à morte foi, realmente, a solução adotada após o 13 de maio de 1888. Cerca de dois milhões de brasileiros sim-

plesmente atirados à rua. Sem meios de se alimentar, vestir, morar. Alguém que possua dignidade e entendimento, diante deste espantoso fato histórico, não pode chegar a outra conclusão: quiseram liquidar a raça negra no Brasil, como fizeram mais tarde os nazistas com os judeus. Talvez com um requinte maior de sadismo, desumanidade e covardia. Basta refletir: quase quatro séculos de sujeição e espoliação total. Destruída sua família, sua tradição. Embrutecido de mente, desnutrido. Assim foi. E eis chegada a liberdade da Lei Áurea: a liberdade de não comer, não morar, não vestir. A liberdade de não viver. A liberdade de sobreviver, de subsistir e de morrer. Ninguém atentou para o que dizia Nabuco:

“A emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do Abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores.”

No próximo ano de 1968 completam-se oitenta anos de abolição jurídica da escravatura entre nós. Analisando nossa realidade de hoje quase se pode dizer que a Lei Áurea fora assinada ontem. A situação do negro livre pouco se modificou nos oitenta anos de abolição: baixo *status* social, educacional, econômico, político, sanitário é o elenco de frustrações transformado num forte potencial de justos ressentimentos da raça. Com as iniciativas e realizações do Teatro Experimental do Negro, tanto no campo artístico como no social, temos procurado canalizar a frustração subjacente, em atos e fatos positivos da coletividade negra. Transferir ou canalizar o que poderia se tornar ressentimento negativo, em estado de *revolta* profundamente criador. Pois a *revolta* não se limita a expressar uma mágoa, nem se esgota no ressentimento. Com Sartre, acreditamos que ela vai mais longe: “... a *revolta* é que é o âmago da liberdade, pelo que ela apenas se realiza com o engajamento na *revolta*”.

Nossa *revolta* está plenamente consciente de que a opressão dos negros nos Estados Unidos, na África do Sul, em Angola e Moçambique, ou na Rodésia de Ian Smith são formas particula-

res da mesma opressão que atinge indistintamente a todos os povos de cor, em qualquer país de predominância branca. Podem variar de grau, tais opressões, mas a sua essência é sempre a mesma. Daí essa constância singularizando o negro — espoliação e opressão — dentro dos quadros nacionais e culturais os mais diversos.

Sabemos as dificuldades já enfrentadas e por enfrentar nessa tarefa de purgar nossas relações entre pretos e brancos de fatores negativos. Florestan Fernandes afirma mesmo que “a única força de sentido realmente inovador e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e de desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos ‘homens de cor’”. Mas temos sentido na carne o preço que nos custa. As agressões de todo o tipo, as intimidações, a violência. Por outro lado, sabemos que só somos dignos da liberdade que formos capazes de conquistar. O *status* sócio-econômico de um povo é o fruto de sua determinação em consegui-lo. Não existe doação de bem-estar social. Tal expectativa é fruto da utopia paternalista. Contudo, toda vez que o negro “rompe esta barreira, não só não é ouvido, como suscita incompreensões irracionais”, ainda segundo Florestan Fernandes.

Deixemos neste parágrafo que o repórter Luís Villarinho (*Diário da Noite*, Rio, 6-10-1961) nos forneça alguns dados. Ele fez levantamentos estatísticos e divulgou os seguintes resultados: no *futebol* o negro está presente com 52%, os pardos com 32% e os brancos com 13%; *assaltos e furtos*: 80% de negros; *estelionatos ou apropriações indébitas*: 90% de brancos; *educação* (Instituto de Educação, Colégio Militar, Pedro II, Colégio Naval): 8% de negros; *universidades*: 6% de negros, 10% de pardos e 84% de brancos; *ginásio*: 9% de negros, 26% de pardos, 61% de brancos; *primário*: 18% de negros, 25% de pardos, 57% de brancos. “Se o negro reage e procura ascender aos ambientes mais elevados” — diz a reportagem — “chega à conclusão de que tem pela frente um inimigo invisível — a segregação, que, no Brasil, não tem nome, não é classificada, nem chega mesmo a ser admitida.”

A idêntica conclusão chegou também Néelson Werneck Sodré:

“O Brasil não ficou imune à questão racial, e nem poderia ficar. (...) Existe, conhecemos os seus efeitos, e os

sentimos por toda parte. A diferença entre a situação tradicional — de que o negro trabalhava e o branco vivia do produto do trabalho do negro — e a atual não disfarça um traço social que não se pode apagar pelo engano ou pela simples negação. Não temos casas de espetáculos especiais, veículos especiais e lugares especiais para o negro, como acontece nos Estados Unidos. Mas temos, como lá, na estrutura social, um lugar especial para eles. E isso é o que importa.”

#### DISCRIMINAÇÃO MILITANTE

“O espírito de revolta não é possível senão nos grupos em que uma igualdade teórica encobre grandes desigualdades de fato.”

Albert Camus: *L'Homme Révolté*

Temos em mãos o dossiê da discriminação racial em nosso país. Esta não é a ocasião para divulgá-lo, o que certamente faremos um dia. Por ora, basta referir alguns casos ilustrativos ocorridos antes e depois da Lei Afonso Arinos, votada em 1951, para punir a discriminação racial e de cor. Entre os mais recentes, citemos o que aconteceu ao deputado estadual Carlos Santos, do Rio Grande do Sul. A imprensa do país registrou no mês de janeiro deste ano o incidente em que se viu envolvido esse parlamentar quando, ao candidatar-se à presidência da Assembléia Legislativa do seu estado, foi ameaçado de morte por um seu colega branco, deputado do mesmo partido, que não admitia ser presidido por um negro. Foi eleito o deputado Carlos Santos, o que muito recomenda a consciência democrática dos parlamentares gaúchos. Porém a agressão sofrida por aquele deputado, devido à sua coloração epidérmica, é agravo que transcende sua própria pessoa para ser o diagnóstico de um povo.

Durante uma cerimônia que se realizava nos salões de um clube na cidade de Santos (estado de São Paulo) o deputado Esmeraldo Tarquínio, da Assembléia Legislativa daquele estado, em resposta a um discurso que acabara de proferir, recebeu do coronel do Exército Fleury Varela, comandante da Fortaleza de

Itaipu, violenta agressão verbal. “Se no Brasil houvesse discriminação racial, um *negro cretino* [o grifo é meu] e subversivo como você, Tarquínio, não estaria no parlamento” (*Correio da Manhã* — Rio de Janeiro, 1-7-1965). Em certa ocasião, também aqui no Rio, o deputado Souza Marques, indicado para ocupar uma Secretaria no governo estadual, teve sua nomeação vetada pelo fato de ser negro, conforme o próprio parlamentar denunciou em sessão pública realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Para encerrar essa referência ao poder legislativo, citemos o episódio mais recente e mais dramático de quantos tenham ocorrido. Refiro-me ao incidente envolvendo o deputado federal Nelson Carneiro. Agredido fisicamente e injuriado pelo seu colega Souto Maior, que o chamou pejorativamente de ‘negro’, viu-se na contingência de, em pleno recinto da Câmara Federal, em Brasília, responder a afronta a bala. As declarações do deputado Nelson Carneiro à comissão de inquérito estão registradas no *Jornal do Brasil*, de 11-6-1967, pág. 20.

Há um evidente retrocesso na participação do negro na direção da vida do país. Raros, raríssimos, atualmente, os membros de cor de nosso Poder Legislativo. As honrosas exceções, como vimos, são vítimas de humilhações e ofensas. Houve época, entretanto, em que a simples ausência de um mulato no Ministério era motivo para protestos na tribuna da Câmara. José Honório Rodrigues (*O Jornal* — Rio, 21-5-1961) lembra o deputado Antônio Pereira Rebouças, em pleno 1843, negando autenticidade nacional ao Ministério que não tinha um representante mulato. À acusação de Rebouças respondeu o deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz — depois barão de Uruguaiana — como aquele, também representante da ‘Província Africanizada da Bahia’. Sua defesa do Ministério terminou com a afirmação de que, quando houvesse no país mulatos com instrução e capacidade, eles não seriam desprezados. Prontamente retrucou Rebouças:

“Mas aqui estou eu, que me julgo tão bom quanto os atuais, e ninguém me convidou.”

Nesse debate participou ainda outro homem de cor: o deputado João Maurício Vanderlei, futuro barão de Cotegipe.

Não estamos reivindicando para todos os negros um diploma de deputado ou título de barão. Espero que minhas palavras não

sejam distorcidas e interpretadas com malícia. A discriminação atinge principalmente as ocupações humildes. Ainda no dia 28 de junho deste ano, o *Jornal do Brasil* inseria em sua página 6 (Suplemento Classificado) anúncio pedindo telefonista “com ótima aparência, branca”. A candidata deveria telefonar para 52-2260, Sr. Alberto, e “por favor não se apresentar sem os requisitos acima”.

Obviamente, uma lei só por si mesma não tem o poder e a força de modificar comportamentos estratificados através de séculos de hábito de tratar o negro desrespeitosamente e de forma depreciativa. Não concordamos com a identificação, que ultimamente se vem fazendo, de nossa discriminação como mercadoria importada dos Estados Unidos. O preconceito de cor brasileiro é secular e autóctone. De pura cepa lusitana.

Outro exemplo significativo temos na conferência do Sr. Antônio Arruda Câmara, segundo o *Jornal do Comércio* de 7-6-1948. A Sociedade Nacional de Agricultura procedeu, em 1925, a um inquérito em todo o país entre pessoas, instituições e autoridades estaduais e municipais. Revela o Sr. Arruda Câmara:

“Manifestaram-se contra qualquer imigração 3%. Entre os favoráveis à imigração, manifestaram-se contra a amarela 47% e a favor 46%; contra a negra 76% e a favor 18%. Não emitiram opinião 7% e 6%, respectivamente, dos interessados sobre a imigração amarela e negra. A raça branca, excetuados os votos contrários a qualquer imigração, não foi objeto de restrições, tendo reunido acentuada preferência italianos, alemães e portugueses. (...) Traduz esse inquérito, ainda agora, quase vinte e cinco anos depois, em muitos dos seus aspectos, aspirações e anseios nacionais. Será, talvez, porque reflete ele o pensamento de estadistas, economistas e sociólogos conhecedores das necessidades brasileiras.”

Nessa pesquisa foram distribuídas 6.000 circulares das quais responderam 4,16% associações rurais; 1,54% associações comerciais; 25,77% agricultores; 8,7% industriais; 8,24% comerciantes; 30,40% intelectuais; 12,37% autoridades diversas; 8,76% atividades não declaradas.

Outro inquérito, este feito por Guerreiro Ramos e seus alunos do curso do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), num grupo constituído em sua maioria por funcionários públicos (*A Manhã*, Rio, 4-7-1948), nenhum se declarou negro. Na pesquisa ficou registrado o irredutível preconceito de cor: 77,35% dos pesquisados não admitiam casamento com negro, e 54,71% o mesmo com o mulato.

Somente os cegos e os surdos, os duros de entendimento e obsessivos da má fé podem desconhecer e negar a gravidade que dia a dia assume nossa inter-relação étnica, com tendência a se intensificar rapidamente. Bailes e clubes barram o negro, negam-lhe certos empregos, a carreira diplomática, dificultam-lhe o oficialato das forças armadas e praticam a segregação residencial. Quando a segregação não se manifesta à luz do dia, exerce sua ação envergonhada em avisos ou circulares reservadas. Mesmo depois da Lei Afonso Arinos a ação criminosa do preconceito e da discriminação prossegue sua obra nefasta. É ilustrativo observar-se a curva sempre ascendente das dificuldades opostas à promoção do negro, através dos casos mais divulgados pela imprensa, como aconteceu — para citarmos alguns deles — com a cientista Irene Diggs e a dançarina Katherine Dunham, também antropóloga, ambas norte-americanas. A primeira foi vetada pelo Hotel Serrador (Rio de Janeiro) e a segunda pelo Hotel Esplanada (São Paulo).

“O que mais seduzia à distância, neste país, era a convivência fraterna dos brancos, negros, mulatos e índios, e isso, a meu ver, é o que há de básico e substancial numa democracia. (...) Foi com essa ilusão que cheguei ao Rio, rumando do aeroporto para o Hotel Serrador, onde, com muita antecedência, a Embaixada Americana reservara aposentos para mim. Eu vinha em missão oficial do Departamento do Estado, estudando a situação social e histórica dos negros na bacia do Prata e do Brasil.”

São palavras de Irene Diggs, ao jornal *Diretrizes*, de 10-2-1947. Por que teria sido recusada?

“Porque sou negra. O Hotel Serrador arranhou às pressas uma desculpa amarela que não me convenceu. Não sa-

biam, naquele hotel, que a Dra. Irene Diggs era negra, e daí a atrapalhação em que ficaram quando me apresentei na portaria. (...) Agora estou convencida de que no Brasil há mais preconceito do que em qualquer outro país da América, com exceção dos Estados Unidos. No meu país esse preconceito tende a desaparecer, ao passo que aqui a tendência é para aumentar. E explico por quê: os negros americanos são hoje o grupo negróide mais avançado do mundo. Alcançaram tal grau de cultura e bem-estar econômico que já não podem ser tratados como párias. (...) Ainda não nos amam, mas já nos respeitam, nos Estados Unidos. (...) Revelarei então o que todo mundo ignora em meu país, isto é, que este grande país, onde a raça negra já produziu gênios e heróis como Henrique Dias, Aleijadinho e outros, dissimula o seu preconceito de raça como a brasa debaixo da cinza. Há racismo no Brasil, e com tendência para aumentar. Digo mais: é o único país latino-americano onde mais se cultiva tão odioso preconceito. Estou desencantada.”

Pelas colunas do *Correio Paulistano*, de 16-7-1950, declara Katherine Dunham:

“Estou profundamente surpreendida. Havia feito reserva há cerca de dois meses, quando ainda estava no estrangeiro, por intermédio de meus agentes. Eles não ignoravam (o Hotel Esplanada) que o apartamento era para mim e meu marido. A última hora a decisão do hotel nos surpreendeu. (...) Naturalmente senti-me ferida. Minha vida tem sido uma luta: mostrar que o preconceito é um absurdo.”

Nessa mesma ocasião o mesmo Hotel Esplanada mandou cancelar reserva de aposentos feita para Marian Anderson sob a justificativa de que o regulamento vedava a hospedagem a pessoas de cor. Katherine constituiu advogado e na sua petição à justiça declarava, depois de historiar os fatos e sua recusa exclusivamente por ser de cor — tanto assim que sua secretária, que é branca, inscreveu-se na recepção do hotel:

“Assim, é indiscutível que tal atitude configura o crime de injúria, pois foi a suplicante ofendida na sua dignidade

e decoro (art. 140 do Código Penal)” (*Tribuna da Imprensa*, Rio, 21-7-1950).

Também o autor deste sofreu várias experiências de discriminação. Em certa oportunidade viu-se compelido a dirigir ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro um protesto pelo fato de ter barrada, por um comissário de polícia, sua entrada em um baile no Hotel Glória para o qual se achava convidado. (Documento número 1.)

A estratégia da discriminação em nosso país, sob certo aspecto, é mais sutil e mais cruel que a praticada nos Estados Unidos, porque não permite qualquer oportunidade de defesa à vítima. Criou *slogans*, fabricou leis, com isto domesticou o negro. Em sua grande maioria o negro brasileiro sofre a dopagem da pseudodemocracia racial que lhe impingiram. Ele ainda se acha ‘drogado’. Como dizia Walter Scott a respeito do escravo, e parecem dizer nossas leis, hábitos, costumes, enfim todo o comportamento do país: “Não acordeis o negro que dorme, ele sonha talvez que é livre.”

Certa vez escrevi um artigo, “A sociologia ‘desaculturada’” (*O Jornal* — Rio, 31-10-1954), dizendo em certo trecho:

“Um aspecto que sempre me intrigou e me pareceu da maior significação na observação do fenômeno inter-racial no Brasil é aquele relacionado com a fuga do negro à sua própria cor. Não que eu desejasse, ou achasse necessário, que a cada instante, ou mesmo de quando em vez, o homem de cor fizesse profissão de fé de sua negrura. Não. Ela já carrega em si mesma eloqüência irredutível. Mas de outro lado, por que se envergonhar de sua herança cultural africana, só prezar a contribuição branca de nossa formação, erro em que incorreu até mesmo um negro ilustre como José do Patrocínio, quando bradava enfaticamente: ‘Nós, os latinos...’ Por que erigir a brancura como única medida de valor, como o verdadeiro ideal de vida e o supremo padrão de beleza? Por que aceitar passivamente as imposições de uma equívoca sociologia que prega a aculturação como forma natural da ‘solução’ do problema negro no Brasil?

Esse racismo disfarçado pela mistificação cientificista é a violência mais chocante e sutil que o negro terá que enfrentar para a sobrevivência de seus valores peculiares.”

#### PRECONCEITO E DESEMPREGO

A revolta nasce do espetáculo da sem-razão, ante uma condição injusta e incompreensível.  
Albert Camus: *L'Homme Révolté*

O artificialismo de apresentar o Brasil no exterior como modelo de solução de convivência étnica não é moda recente. Já por volta de 1880, Joaquim Nabuco denunciava o embuste com estas palavras de sábio: “A idéia é que a mentira no exterior habilita o governo a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues à sua própria sorte.” Outra coisa não fazem e não fizeram nossos governos republicanos, em relação ao ex-escravo.

Sem que se saiba antecipadamente quando nem onde, o fato é que a verdade sempre se revela. Por mais que essas coisas devam ficar confinadas dentro das fronteiras do país, já se levantam no estrangeiro algumas pontas da triste mortalha com que no Brasil se encobriu a situação do negro. *The Times*, de Londres (*Jornal do Brasil*, Rio, 23-4-1960) revela:

“( . . . ) a discriminação racial existe, realmente, no Brasil, ainda que muitos brasileiros neguem esse fato. ( . . . ) A discriminação é tão suave e tácita que se torna quase imperceptível, mas os negros, conduzidos ao Brasil pelos colonizadores portugueses, encontram-se segregados economicamente. ( . . . ) De um modo geral os negros não conseguem promoções fáceis, não só nas atividades civis, mas dentro das forças armadas. Assegura-se que a razão disso está no seu nível de educação inferior. Mas um garçom negro é coisa rara num hotel ou restaurante de qualidade, e as grandes lojas nunca os têm a seu serviço como balconista. ( . . . ) O que preocupa grande parte dos latino-americanos, principalmente os brasileiros, é que, com a industrialização e gradativo aumento de níveis das rendas e consequentes fa-

cilidades educacionais, breve chegará a ocasião em que os negros desejarão ultrapassar suas limitadas posições. Perguntem — qual será a atitude com que os brancos vão encarar esses fatos?”

As dificuldades se sucedem numa cadeia infernal ao negro que deseja emprego, e, depois, ascensão no trabalho que a duras penas tiver conseguido. Já mencionamos que para o modesto lugar de telefonista se exige a cor branca. Querem a moça negra explorada e humilhada como nos tempos da escravidão: seu lugar é na cozinha ou no tanque, em tarefas inferiores. Em cada 100 trabalhadores domésticos, cerca de 62 são negros e mulatos. Uma sobrevivência do regime colonial de prestação de serviços, já que à empregada doméstica não se deve qualquer obrigação em matéria de ordenado, garantia de emprego, férias, doença, etc. Trata-se de um trabalhador cuja garantia é o humor do patrão. Seu registro profissional, significativamente, é feito na polícia. . . . O I Congresso do Negro Brasileiro houve por bem dedicar uma de suas sessões para ouvir e debater o trabalho que a respeito das domésticas apresentou uma talentosa advogada negra, a Dra. Guiomar Ferreira de Matos.

Como maior fator de desemprego, o preconceito de cor foi mencionado em *O Jornal* de 14-6-1959. Após pesquisa feita no mercado de trabalho (Rio de Janeiro), a chefe da Seção de Colocações do Ministério do Trabalho, Sra. Vera Neves, afirma:

“Com efeito, candidato de cor, *mesmo com habilitação* [o grifo é meu], para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de ‘boa aparência’, não consegue trabalho. ( . . . ) É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator de desemprego, em seguida vem a idade e a nacionalidade.”

Em Porto Alegre, segundo a mesma notícia de *O Jornal*, também se procedeu a uma rápida pesquisa de campo no mesmo sentido da realizada no Rio. Eis as conclusões:

"1 — Existe, também em Porto Alegre, o preconceito racial no aproveitamento do homem de cor, embora veladamente; 2 — ocorre uma segregação espontânea, por parte do preto, que por não se achar preparado psicologicamente e adaptado às condições ambientais, foge da procura de emprego em certas funções; 3 — não se observam negros, a não ser em raríssimas exceções, em trabalhos de balconistas, escritórios, enfermagem, ou seja, em ocupações externas de maior contato com o público; 4 — em determinados ramos de atividade a presença do negro é observada em cargos primários da hierarquia; 5 — o maior número de pretos é observado em trabalhos braçais, de estiva, em portos, armazéns, lojas, etc.; 6 — a acolhida do negro em função especializada, na indústria, pode ser devido à defasagem entre o nosso desenvolvimento industrial e a mão-de-obra especializada, cada vez mais rara; 7 — observa-se um esforço íntimo para que o preconceito de cor não aflore, mantendo-o subjacente, veladamente, para que não venha a constituir-se em outra grave questão social, aqui no Brasil; 8 — o preconceito racial não aparece com maior evidência, entre nós, possivelmente em virtude do fraco poder econômico do negro."

#### A DIFÍCIL LUTA ANTIGA

A consciência nasce com a revolta  
Albert Camus: *L'Homme Révolté*

Perguntar-se-á: e o negro? Ficou quieto todo esse tempo? Assistiu passivamente à liquidação de sua raça?

Venceram o negro. Submeteram-no. Passivo ele nunca foi. E nem pacífico. Os quilombos, as insurreições e levantes provam, ao longo da história do Brasil, seu senso de dignidade humana, cuja meta é sempre a liberdade. Depois da Abolição de 1888, seus esforços duplicaram tendo em vista sobreviver no caos, no abismo em que se viu de repente atirado.

Por volta de 1920, mais ou menos, em São Paulo, os negros tentam organizar-se para dar forma coletiva a seus problemas.

Funda-se o Centro Cívico Palmares, e seu trabalho foi denunciar a Guarda Civil de São Paulo que não admitia negros em seus quadros. Surge o jornal *Clarim da Alvorada*, fundado por Jaime de Aguiar e José Correia Leite, sendo um dos seus propósitos a realização do Primeiro Congresso da Mocidade Negra. Combatida por intelectuais negros, a idéia não foi adiante. Chegou, porém, a contar com algumas expressivas adesões, como as do professor Arlindo Veiga dos Santos, em São Paulo, e do advogado dr. Evaristo de Moraes, aqui no Rio.

Em nome dessa democracia racial que Florestan Fernandes já qualificou de mito, mesmo depois que a Unesco constatou de norte a sul a precariedade de nossas relações raciais, ainda agora, brancos e brancóides, intelectuais ou não, insistem em não querer ver o que acontece à sua frente, negando razão e fundamento aos que trabalham para melhorar nosso tipo de convivência étnica.

A muralha de preconceito e discriminação que não se vê, mas que existe, é uma criação dos 'amigos' do negro. Vedam-lhe na prática o direito teórico da igualdade. Na verdade ele — o negro — não passa de um cidadão de segunda classe. Seu padrão educacional é realmente baixo. Por isso ele não pode ocupar os postos mais elevados da hierarquia social. Culpa do negro? As crianças negras morrem em maior número: seria culpa de sua inferioridade biológica? Ou de seu baixíssimo padrão alimentar, de saúde, de higiene? O negro não possui especialização profissional para enfrentar o trabalhador de outras origens — terá ele poder de decisões privativas do poder público, para evitar, impedir sua própria degradação? Não pode estudar por falta de meios, e não tendo habilitação profissional não pode trabalhar e conseguir os meios de que necessita. É um hermético círculo vicioso da civilização capitalista — e dita cristã — que precisa ser rompido de qualquer forma antes que nós, os negros, pereçamos todos. Não exageramos. Não estamos longe da extinção total do negro no Brasil. Basta consultar os números.

Rio Branco assinala que às vésperas da Independência, 1822 (um Brasil independente mas escravizador da maioria de seus filhos), havia 3.800.000 habitantes, sendo: 1.930.000 negros, 1.043.000 brancos e 526.000 mulatos.

Segundo o IBGE temos: em 1872: brancos 3.787.289; negros 1.954.542; e pardos 4.188.737. Em 1890: brancos 6.308.198;

negros 2.097.426; e pardos 5.934.291. Em 1940: brancos 26.171.778; negros 6.035.869; e pardos 8.744.365. Em 1950: brancos 32.027.661; negros 5.692.657; e pardos 13.786.742.

Em percentuais, vemos o declínio do negro nas datas mencionadas: 19,68%; 14,63%; 14,64%; 10,96%. Da mesma forma é fácil constatar-se a branquificação da população brasileira através dos mesmos percentuais nas mesmas datas acusando para o branco e o pardo (eufemismo de mulato) respectivamente: 1872: 38,14% e 42,18%; 1890: 43,97% e 41,40%; 1940: 63,47% e 21,20%; 1950: 61,66% e 26,54%.

Nunca é demais insistir: o *slogan* da democracia racial brasileira serve à discriminação disfarçada e ao lento, porém inexorável, desaparecimento do negro. É a fórmula encontrada pelo Brasil para apagar a 'mancha' da escravidão, conforme desejava Rui Barbosa ao mandar, como ministro da Fazenda, que se queimassem os documentos referentes ao tráfico escravo e ao regime escravocrata. Falou vagamente numa indenização aos ex-escravos, mas de concreto só mesmo a queima de papéis. Satisfazia-se com essa providência romântica a má consciência das classes dirigentes.

Com a revolução de 1930, os negros de São Paulo tentam novo avanço. Organizam a Frente Negra Brasileira, movimento liderado pelos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, José Correia Leite, Gervásio de Moraes e Alberto Orlando. A gente negra paulista respondia assim ao apelo da época de transição que o país atravessava. A iniciativa alastrou-se rapidamente não só no interior do estado de São Paulo, como nas grandes cidades de significativa população de cor. Sem dúvida representava uma nova posição do negro, cansado de bancar o jagunço, o capanga, o cabo eleitoral dos velhos caciques de calcanhar ainda preso ao recente período escravocrata. Foi um teste relativamente bem-sucedido, ficou provada a capacidade organizacional do negro numa sociedade que lhe negava participação e qualquer oportunidade de bem-estar social. O negro exprimia-se com desenvoltura nos planos social, cultural e político. O Estado Novo de 1937 fechou as portas desse belo esforço.

Não pretendo traçar a crônica dos movimentos dos negros de São Paulo. Tão-somente me anima algumas referências aos esforços do negro nos quais tomei parte ou tive informações

diretas. Isto servirá para situar, no tempo e no espaço, a significação do I Congresso do Negro Brasileiro, finalidade básica deste volume. O trabalho e os esforços daqueles negros tinham um sentido prático, o ambiente era de competição intensa com os demais elementos que formariam a sociedade multirracial paulista — núcleo da civilização urbana e industrial do Brasil de nossos dias. Outro instrumento importante dessa época foi o Clube Negro de Cultura Social, fundado em 1932, e que em maio de 1938 teve suas realizações do cinquentenário da Abolição oficializadas por Mário de Andrade, então diretor do Departamento Estadual de Cultura.

Eu já participara de realizações tanto em São Paulo como em Campinas (interior do estado) no Centro Cívico Campineiro (1933). Nessa mesma cidade onde a discriminação ostensiva ao negro durou até ontem, promovi com Geraldo Campos de Oliveira, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, Jerônimo e José Alberto Ferreira, o Congresso Afro-Campineiro. Teve lugar em maio de 1938 e contamos com a colaboração das alunas da cadeira de sociologia da Escola Normal, ministrada pelo professor Néelson Omegna.

Em outra ocasião, o negro paulista teve que enfrentar um chefe de Polícia, o dr. Alfredo Issa, que atendendo pedido de comerciantes proibiu o *footing* tradicional que os negros promoviam aos domingos na Rua Direita. Uma comissão foi enviada ao Rio: Fernando Goes, Rossine Camargo Guarnieri, Galdino e Abdias do Nascimento. Aqui, um dos que mais nos ajudaram a combater a portaria racista foi o jornalista Osório Borba, do *Diário de Notícias*.

O Rio apresenta uma teia de mistificações que dificulta ainda mais a compreensão dos problemas de relações de raça. A cidade despista com simpatia, belas cores e ritmo contagiante a prática da discriminação racial. É onde a segregação residencial atinge seu ponto mais agudo. Basta percorrer os guetos das favelas. O *Estado de São Paulo*, suplemento especial de 13-4-1960, publica os seguintes dados de 1950: *População do Rio*: brancos — 1.660.834; negros e mulatos — 708.459. *População favelada*: brancos — 55.436; negros e mulatos — 113.218.

Isto quer dizer que para cada três habitantes do Rio, um é negro. Para cada branco favelado, há dois negros morando no

motro. Se atentarmos para o fato, segundo a presente estatística, de que o negro é um terço da população carioca e figura em cifra (100)% maior na população favelada, teremos diante dos olhos a odiosa segregação de moradia imposta à população de cor.

É tão chocante a situação de fato que ninguém se rende à evidência e alguns procuram tangenciar: “mas o negro não é o dono da cidade no Carnaval? Seus craques de futebol não são os mais aplaudidos? Não temos um ‘rei’ Pelé? Mário Filho com seu estudo *O Negro no Futebol Brasileiro* já não esgotou e encerrou o assunto?” A resposta é simples: não. Mário Filho prestou um enorme serviço ao país com sua denúncia. Mas o problema mudou de feição porém não foi resolvido. Ainda em dezembro de 1951, pela *Última Hora*, Gentil Cardoso, técnico de renome, fez acusações:

“Por causa da cor” — dizia o repórter — “Gentil tem perdido muita coisa, em dinheiro e em glória. Fala o discutido *coach*:

— Culpa exclusiva da pigmentação. Porque sou negro, me perseguem e me tiram as grandes possibilidades. Negam-me ainda, por causa da cor, todo o meu trabalho em favor do futebol brasileiro. (...) Uma vez o presidente do Flamengo, Dário de Melo Pinto, recebeu uma carta que me acusava de ter recebido “metade das luvas do Eliezer”. Acontece, porém, que, para minha salvação, Eliezer não recebeu níquel de luvas.”

O processo grosseiro e sempre repetido é esse denunciado por Gentil: quando não têm argumentos contra um negro, o mais fácil é chamá-lo de desonesto, de ladrão, de negro sujo. Vejamos agora o depoimento do grande Domingos da Guia (*Última Hora*, Rio, 8-6-1957):

“Aparentemente, o futebol brasileiro não faz discriminação racial. Olhem o panorama dos nossos jogos: o preto e o branco atuam juntos. Há times quase somente de pretos. Essa confraternização parece levar, fatalmente, à conclusão de que tanto faz, nos gramados do Brasil, ter uma cor ou outra. O problema, porém, é mais dramático do que pa-

rece. Não se deixem iludir pelas aparências. E um nome ocorre, irresistivelmente: refiro-me a Gentil. É, sem dúvida, o mais solitário, o mais desprezado dos técnicos. Há, no destino de Gentil, um outro detalhe misteriosíssimo. Ei-lo: o sucesso, a glória, é o seu trampolim para a rua da amargura.”

A tensão racial afeta não só o futebol como outras áreas desportivas. Nelson Rodrigues fixa admiravelmente bem o encontro de luta-livre entre Gracie *versus* Valdemar (*Última Hora*, Rio, 1959). Diz ele:

“Ignorar o fato racial é tirar da luta Gracie x Valdemar todo o seu patético. É preciso ver, antes de tudo e sobretudo, o drama da cor. O branco contra o preto e vice-versa. Eu sei que os anjinhos vão estranhar: ‘Mas como? No Brasil não existe o preconceito racial!’ Tanto existe, que a simples sugestão do problema já irrita, já exaspera, e todos o evitam com impressionante pusilanimidade. Mas o que importa é o seguinte: o que houve, anteontem, na ACM, foi a forra ancestral do negro sobre o branco. (...) O lutador preto subiu ao *ring*. E, então, ocorreu, a meu lado, um fato transcendente, que foi o seguinte: um sujeito louro, barrigudo e sanguíneo, falou em ‘negro boçal!’. ‘Negro boçal!’ A partir deste momento eu vi tudo. A luta perdeu para mim todo o sentido técnico e esportivo, que a poderiam banalizar. Adquiriu uma dimensão nova. E se me perdoarem a enfática sublitteratura, direi que vi o retinto Valdemar, não como ‘um negro’, mas como ‘o negro’. (...) ... cada um de nós tem o seu racismo irredutível. Vão argumentar com a ferocidade dos brancos norte-americanos. E, com efeito, nós não linchamos, mas fazemos algo pior: nós humilhamos. Todas as relações entre brancos e negros, no Brasil, se fazem, justamente, na base desta humilhação. O negro mais nobre, mais ilustre, mais puro, passa a ser apenas um moleque, se experimentamos uma vaga e superficial irritação. Fingimos uma igualdade racial, que é o cínico disfarce de um desprezo militante, profundo. Pouco antes da batalha, Valdemar foi ainda uma vez humilhado e ofendido. Ele cresceu, então, irresistivelmente.”

Carnaval, macumba, futebol e gafeira: eis o resumo da área consentida ao protagonismo do negro. A fome e a enfermidade do negro, seu analfabetismo e seu barraco, sua criminalidade ou seu desamparo, tudo isso é levado a débito na conta geral do povo brasileiro. Tudo passa a constituir um bloco dos que não têm, contra o bloco dos que têm. Raça aí não entra. Não passa pela cabeça dos argumentadores desse tipo que os pobres, os demais necessitados, o são por contingência da situação do país ou por incapacidade individual na competição e não pelo fato de ter a pele mais escura. Pelo fato de ter sido desumanamente explorado durante quatro séculos. E depois ter sido atirado no meio da rua, como bicho. Sem sequer ingressar na sociedade competitiva.

Existe uma patologia social do branco: preservação de certos privilégios baseados na herança da raça supostamente dominadora. Sob os efeitos da violenta compulsão social que o atingiu, também o negro sofreu abalos orgânicos e emocionais. Isso era inevitável. Esse estado de traumatismo ainda perdura. Por isso, a maioria negra ainda se contenta com o desfrute dessa área lúdica e recreativa em que a confinaram. Nessas atividades o preto evade-se, sublima o penoso sentimento de frustração e emparedamento tão tragicamente expresso por Cruz e Sousa. Mas há uma parcela significativa de negros esclarecidos tentando sempre retomar a militância no sentido de elevar o padrão de vida de seus irmãos de cor, afirmar e desenvolver a cultura ancestral trazida da África, não no sentido de um retrocesso histórico, porém valorizando a contribuição original da cultura negra no enriquecimento espiritual da nova pátria. Enquanto nosso movimento atuava no centro-sul do país, um grupo de estudiosos realizava no Recife (1934) e na Bahia (1937), respectivamente, o I e II Congresso Afro-Brasileiro. Foram congressos acadêmicos. Descreveram o negro sob aspectos históricos, antropológicos, folclóricos, etnográficos, usaram o negro como matéria-prima de pesquisas. Mas não se confundiram com as reivindicações práticas e objetivas da gente negra. O negro, como mais tarde diria um membro da corrente, entrou naqueles certames como o micróbio sob o olho do microscópio. Tiveram assim prioridade o lado mais vistoso e ornamental da vida negra — os candomblés, a roda de samba, a capoeira —, particularmente o enfoque do negro 'coisificado', estático, imóvel, e estranho à dinâmica da sociedade brasileira.

Tem toda a razão Guerreiro Ramos na sua denúncia de sociólogo autêntico, isto é, não acadêmico e não 'aculturado' pela ciência alienígena:

“Não hesito em dizer mesmo que, do ponto de vista do interesse nacional, a maioria de nossos estudos antropológicos e sociológicos sobre o negro contribuíram para travar o processo de evolução das massas de cor (*A Manhã*, 10-12-1950). Eis a causa por que o TEN nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial que, embora não o hostilizassem francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o TEN representava uma mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro. Todavia, nunca os dirigentes do TEN hostilizaram os 'antropólogos' e 'sociólogos' oficiais. Foram, na verdade, pacientes com eles. Atraíram-nos para as suas reuniões, certos de que, na medida em que fossem sinceros, poderiam ser recuperados. Vale a pena insistir neste ponto. O TEN foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando a gente de cor à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um *leitmotiv* de todas as demonstrações do TEN, entre as quais o seu jornal *Quilombo*, a Convenção Nacional do Negro (São Paulo, 1945), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950). Os dirigentes do TEN sabiam e sabem que, de modo geral, a camada letrada e os 'antropólogos' e 'sociólogos' oficiais não estavam, como ainda não estão, preparados mentalmente para alcançar o significado da iniciativa” (*Cadernos do nosso tempo*, n.º 2).

#### A CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO BRASILEIRO

Fundando o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que a um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. De início havia a

necessidade urgente do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. Depois de liquidada legalmente a escravidão, a herança cultural é que ofereceria a contraprova do racismo, negador da identidade espiritual da raça negra, de sua cultura de milênios. O próprio negro havia perdido a noção de seu passado. Reencontrando-se com suas forças potenciais, o negro, parcela do povo brasileiro, estaria apto a uma contribuição criadora inédita em nosso teatro, tanto no que se refere a uma estética brasileira do espetáculo como no terreno de uma dramaturgia autêntica. Num país que, segundo Joaquim Nabuco, é um país de negros, não se concebia que o elemento de cor não participasse do teatro nem como ator nem como personagem, só aparecendo em cena em papéis ridículos e secundários. Muita importância também dedicou o TEN na criação de uma pedagogia para educar o branco de seus complexos, sentimentos disfarçados de superioridade. Mostrar ao branco — ao brasileiro de pele mais clara — a impossibilidade de o país progredir socialmente enquanto ele insistir no monopólio de privilégio coloniais, mantiver comportamento retrógrado, mascarando-se de democrata e praticando à socapa a discriminação racial. E discriminando logo o negro que realmente sangrou, suou, morreu, chorou para construir economicamente este país. Ensinar ao branco que o negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um *status* elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos.

Tendo em vista o sentido pragmático de sua ação, o TEN organizou e promoveu em São Paulo, em 1945, a Convenção Nacional do Negro que se reuniu sob a minha presidência. Ao finalizar seus trabalhos a assembleia votou um “Manifesto à Nação Brasileira” (Documento n.º 2).

#### REPERCUSSÃO DO MANIFESTO DA CONVENÇÃO

O documento final da Convenção foi apresentado aos partidos políticos, líderes e candidatos às eleições presidenciais daquele ano. Em carta que me dirigiu (27-12-1945), assim se manifestou o brigadeiro Eduardo Gomes (candidato da União

Democrática Nacional): “A raça negra prestou avultada contribuição para a formação do nosso povo, dos nossos costumes e para o progresso do nosso país. Suas reivindicações merecem ser olhadas com toda simpatia.”

O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático, em telegrama datado de 2-10-1945 dizia: “Desejo possam encaminhar-se pleno êxito seus trabalhos.”

O secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Sr. Luís Carlos Prestes, em carta de 19-12-1945: “O Manifesto foi lido cuidadosamente, merecendo inteiro apoio do nosso partido as reivindicações expostas.”

Estas respostas testemunham o interesse puramente formal dos dirigentes políticos pela sorte do negro. Nenhum deles fez nada de prático e objetivo. Tudo não passou das solidariedades de protocolo, de pura cortesia.

Na Assembléia Nacional Constituinte, o senador Hamilton Nogueira, em longo, fundamentado e lúcido discurso (*Diário Trabalhista*, Rio, 15-3-1946), enfrentou a questão corajosamente:

“Perguntarão, talvez: existe no Brasil uma questão racista? É possível que não exista nas leis, mas existe de fato, não somente em relação a nossos irmãos pretos como em relação aos nossos irmãos israelitas. Há uma questão de fato: restrição à entrada de pretos na Escola Militar, na Escola Naval, na Aeronáutica, e, principalmente, na carreira diplomática. (...) Assim, faço essa proposta à Assembléia Constituinte, no sentido de que fique estabelecida em lei a igualdade de todas as raças e considerando crime de lesa-humanidade a contravenção a essa lei.”

Historicamente o senador Hamilton Nogueira foi quem, pela primeira vez, apresentou, por sugestão do nosso Manifesto, ao Poder Legislativo, o problema da discriminação como contravenção penal. Seu projeto de lei foi recusado. Um grupo de parlamentares sublinhou seu apoio numa declaração de voto, nos termos seguintes:

“Declaro que votei pela aprovação da emenda n.º 1.089 ao art. 159 do antigo projeto e ao art. 141 do projeto revisto, cujo destaque foi concedido, emenda esta defen-

dida na tribuna pelo nobre senador Hamilton Nogueira, de que sou o primeiro signatário, e está subscrita pelos nobres Constituintes, Srs. senador Hamilton Nogueira, deputados José Borba, Aureliano Leite, Plínio Barreto, Antenor Bogéa, Ataliba Nogueira, Gilberto Freyre, Otávio Mangabeira, Jaci Figueiredo, José Alkmim, Amando Fontes, Domingos Velasco, Nestor Duarte, Dolor Andrade, Paulo Sarasate e Hermes Lima — por estar convencido de que ela tem um fundo profundamente democrático. Tendo ela sido rejeitada com fundamento de que nos referidos artigos, isto é, no parágrafo primeiro dos mesmos, não existe distinção de qualquer espécie ou natureza, e sim existe a afirmação de que todos são iguais perante a lei, conforme acentuaram os nobres constituintes, Srs. senador Nereu Ramos, líder da maioria, deputado Costa Neto, relator-geral, Prado Kelly, vice-líder da maioria e outros, certo está de que não poderá haver mais nenhuma restrição por motivo de raça e cor, para o ingresso de brasileiros nas carreiras diplomática, militar (Escolas Naval, de Guerra e Aeronáutica) e civil, nem poderá haver mais nenhuma restrição, seja em que sentido for, aos brasileiros de cor ou de raça israelita. Assim, reserve-me o direito de protestar por todos os meios e formas, no futuro, se houver qualquer restrição a algum brasileiro pelos motivos expostos. Sala das sessões, 26 de agosto de 1946. Benício Fontenele, Segadas Viana, Ezequiel Mendes, Romeu Fiori, Euzébio Rocha, Baeta Neves, Antônio Silva” (*Diário da Assembléia*, 28-8-1946, pág. 4.404).

Naturalmente as discriminações contra brasileiros de cor continuaram e continuam. E foi preciso que uma negra de fama mundial, Katherine Dunhan, fosse barrada no Hotel Esplanada, em São Paulo, para que tivéssemos uma lei anti-racista: a Lei Afonso Arinos, votada em 1951.

Convém mostrar a atitude de certos jornalistas em relação à população de cor. Leiamos Fernando Sabino, sobre meu jornal *Quilombo*, no *Diário Carioca* (Rio, 16-7-1949):

“Não creio que, no nosso país, o negro tenha vida própria, problemas específicos e aspirações determinadas.

Para começar, não sei bem quem é o negro brasileiro. Nos países onde as raças se segregam — e graças a Deus ainda não é, em termos positivos, o nosso caso — negro é todo aquele que tem sangue africano nas veias. Se fôssemos aplicar tal critério de discriminação no Brasil, os brancos seriam minoria. E seria discriminação racial, arbitrária, como todas elas, o que é muito mal. É o que *Quilombo* está fazendo.”

Afirma em seguida que a discriminação existente é de origem “mais econômica do que propriamente racial” sendo a luta

“em termos de riqueza *versus* miséria. (...) Sinto-me à vontade para tocar nesse assunto porque fui dos que sempre escreveram violentamente contra a humilhante condição dos negros americanos, sujeitos a toda a sorte de injustiças e perseguições.”

‘Semente de Ódio’ é como Fernando Sabino chama o nosso esforço em criar um instrumento de autodefesa, defesa pessoal ou legítima defesa do negro, agredido e violentado de tantas maneiras. Eu pergunto: que nome, que qualificação merece do jornalista, essa *minoria branca*, que espolia e marginaliza a *maioria negra*? Não haveria aqui a repetição, em termos brasileiros, obviamente, do que está acontecendo em Angola, Moçambique, na Rodésia, ou África do Sul, onde uns poucos brancos mantêm na opressão os muitos africanos? Que nome teria essa semente?

Entretanto, há jornalistas e jornalistas. Dir-se-ia que por antecipação R. Magalhães Júnior contestou os argumentos de Fernando Sabino. Em *A Noite* de 7-1-1946, afirma R. Magalhães Júnior:

“... o negro, além da miséria em que vive, tem ainda a sobrecarga do preconceito de cor, que mais difícil lhe torna o acesso a camadas mais altas, a um melhor nível de vida. (...) Não se diga que os negros estão querendo criar por conta própria um ‘problema do negro’ no Brasil. Não. Este problema já está criado. Só através de uma orga-

nização integrada pelos elementos da própria raça negra — e até mesmo com finalidade eleitoral — poderão os negros combater a série de restrições que pesam contra eles. Essa acusação de que os negros estão querendo criar o 'problema do negro' é, ainda no fundo, uma demonstração de preconceito, por parte daqueles que tudo recusam ao negro e que desejam vê-lo reduzido à ignorância, à miséria e à servidão. (...) Esse movimento (Convenção), que se iniciou há dias em São Paulo — onde comerciantes estrangeiros chegaram a pedir à polícia que impedisse o trânsito de negros por certas ruas grã-finas —, parece-me útil e digno de ser encorajado. Porque mostra que as massas brasileiras estão começando a se preocupar com o destino coletivo e que o nosso negro está querendo deixar de ser apenas o pária que só encontra felicidade na cachaça, na macumba e nos sambas de carnaval.”

#### CONFERÊNCIA NACIONAL DO NEGRO

*“A revolta é a recusa do homem a ser tratado como coisa e a ficar reduzido à simples história.”*  
Albert Camus: *L'Homme Révolté*

A 9 de maio de 1949, no salão de reuniões do conselho da ABI, instalou-se a Conferência Nacional do Negro que, sob o patrocínio do TEN, foi organizada por Guerreiro Ramos, Édison Carneiro e Abdias do Nascimento. Com representantes da Sociedade Recreativa Floresta Aurora (Porto Alegre, RS), Turma Alvi-Verde e Grêmio Cruz e Souza (Juiz de Fora, MG), União dos homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil (Rio), respectivamente Srs. Heitor Nunes Fraga, Sebastião de Sousa e José Pompílio da Hora; Srs. Osvaldo C. Oliveira (Ribeirão Preto, São Paulo), Cap. Antônio Carlos (MG). Milton Nunes da Silva (Cabo Frio, RJ), o jornalista George S. Schuyler, enviado especial do *The Pittsburgh Courier*, importante órgão da imprensa negra norte-americana, o representante da ONU no Brasil, Sr. Paul

Vanorden Shaw, a Conferência foi aberta pelo Sr. Castro Barreto. Nesta sessão foi aclamada a seguinte Saudação às Nações Unidas:

“A Conferência Nacional do Negro saúda as Nações Unidas e manifesta a sua confiança em seus esforços pela confraternização universal.

A Conferência Nacional do Negro espera que as Nações Unidas, como organismo promotor dos direitos do homem e da amizade e da cooperação entre todos os povos, sem considerações de cor, de religião, de língua, de organização política, continuem a representar dignamente o seu papel de mais alta tribuna da opinião mundial.”

Nos dias 10, 11 e 12 ocorreram as sessões ordinárias, com apresentações de vários trabalhos, entre os quais: 1) Roger Bastide: “Ilhas culturais, consciência de cor e enquistamento étnico”; 2) Castro Barreto: “Contribuição do estoque negro à formação da população brasileira”; 3) Abdias do Nascimento: “Espírito e fisionomia do Teatro Experimental do Negro”; 4) Outras intervenções: Sebastião Rodrigues Alves sobre a “Questão negra face à assistência social”; Haroldo Costa sobre o preconceito nos colégios secundários; José Cláudio Nascimento, fundador da Escola José do Patrocínio, tratou da alfabetização nos morros cariocas; Francisco de Assis Barbosa estudou as personalidades humanas e literárias de Machado de Assis e Lima Barreto; Ironides Rodrigues abordou o tema da alfabetização de Machado de Assis e Lima Barreto; Elza Soares Ribeiro, chefe da seção de emprego do SESI, investigou o preconceito de cor nos contratos de trabalho; Guiomar Ferreira de Matos tratou dos problemas da mulher negra; Nilza Conceição depôs a respeito da situação do secundarista de cor em relação aos demais alunos; Arinda Serafim referiu-se aos problemas de organização do trabalho doméstico; Valdemar Sizenando, presidente da Federação dos Morros, pregou a união dos pretos e brancos para a conquista da educação e progresso social; José da Silva falou do preconceito do negro contra o negro; José Pompílio da Hora, Isaltino Veiga dos Santos (antigo dirigente da Frente Negra Brasileira — São Paulo), Lígia Oliveira, Milton Nunes da Silva,

Dante Laytano, Marieta Campos, Ruth de Souza, Maria Manhães, foram outros que apresentaram interessantes contribuições. Maria de Lourdes Vale estudou aspectos da educação da jovem negra em face da prostituição e, por fim, o deputado Segadas Viana contribuiu com a tese "O problema do trabalho para o negro".

A 13 de maio de 1949 encerrou-se a Conferência em sessão presidida pelo representante da ONU, Sr. Paul Vanorden Shaw, que entre outras afirmações disse:

"Entre as homenagens prestadas à Organização das Nações Unidas, neste grande país, uma das mais simpáticas e relevantes é esta da Conferência Nacional do Negro. Revela que os delegados a esta reunião compreendem um ponto básico da Organização Mundial e indispensável esteio de uma paz permanente — a declaração de que todo ser humano tem direitos, sem distinção de cor, credo ou condição social. Ao lado desses estão os outros que constituem os alicerces sólidos sobre os quais repousará a paz que todos nós almejamos — pão, justiça e liberdade para todos em todas as partes do mundo. (...) Todos nós, de cor ou não, vimos de presenciar um fato de profunda significação. Primeiro, não hesitou a ONU por um instante — pondo, assim, em boa prática o que prega — de nomear como mediador substituto do grande sueco, conde Folke Bernadotte, o Dr. Ralph Bunche, distinto negro norte-americano. (...) No desempenho dessa função, Ralph Bunche conquistou a admiração e respeito de todo o mundo; teve sob suas ordens civis e militares brancos que lhe serviram dedicadamente, pois que lhe reconheciam os grandes dotes de homem e de estadista."

Ainda nesta mesma sessão de encerramento, pronunciaria, talvez, uma de suas últimas palestras públicas, o professor Artur Ramos, antes de seguir para assumir em Paris o cargo de diretor do Departamento de Ciências da Unesco, onde faleceu. Foi uma aula notável seu discurso de encerramento. Ao finalizar-se, a Conferência convocou o I Congresso do Negro Brasileiro e aprovou seu respectivo temário (Documento n.º 3).

## SOBRE O I CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO

No número de janeiro de 1950, em artigo de *Quilombo*, eu assim definia as linhas do futuro congresso que se reuniria no Rio em maio daquele ano:

"O I Congresso do Negro pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de cor. Sempre que se estudou o negro foi com o propósito evidente ou a intenção maldisfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu. Por isso mesmo o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios de que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. Deseja o Congresso medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional.

Guerreiro Ramos vai mais longe afirmando que esta tomada de posição de elementos de nossa raça de cor nada mais é do que uma resposta do Brasil ao apelo do mundo, que reclama a participação das minorias no grande jogo democrático das culturas."

Conforme já ficou dito, este certame não teria ligações — senão muito remotas — com os Congressos Afro-Brasileiros do Recife (1934) e da Bahia (1937). Esses foram congressos acadêmicos, repetimos — mais ou menos distantes da cooperação e da participação popular. O congresso de 1950 reconhecia a existência de uma população de cor no país, consciente de sua importância como fator de progresso nacional, e tentaria modos e maneiras de promover o acesso ao bem-estar social dos milhões de negros e mulatos do Brasil. Assim o Congresso do Negro preencheu dois objetivos: um passivo e outro ativo, um acadêmico e outro popular, um técnico e outro prático. Essa dualidade de objetivos está, aliás, bem clara no temário.

O que até mais ou menos 1940 era considerado uma espécie de escola afro-brasileira de estudos sobre o negro, mais propriamente se poderia denominar de escola nordestina — predominantemente baiana — do que mesmo uma expressão nacional nesse ramo de estudo. A própria condição sócio-econômica do escravo, diferenciada conforme o contexto histórico das várias regiões do país, ofereceria reações múltiplas que dificilmente se sujeitariam a generalizações. Sem colocar em causa a boa vontade, a generosidade dos organizadores e participantes dos congressos nordestinos afro-brasileiros, podemos afirmar, sem cometer injustiça, que, de nossa perspectiva prática, esses certames pouco adiantaram ao negro. Sua marca fundamental assentava-se na fruição estético-epicurista do estudo descritivo. Postura quietista e alienada — ainda que humanitária e plena de filantropismo. A repercussão nacional de tais estudos, já disse Guerreiro Ramos, responde, aliás, a um não formulado propósito de desviar a atenção do país e do próprio negro dos problemas emergentes de sua nova condição de cidadão.

Ao nosso esforço pela sobrevivência pela vida, pela elevação de *status* econômico, cultural, social, carecia significação certo tipo de disputa entre os organizadores dos congressos da Bahia e Recife. Por ocasião do Segundo Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, Gilberto Freyre escreveu:

“Receio muito que vá ter todos os defeitos das coisas improvisadas... que só estejam preocupados com o lado mais pitoresco e mais artístico do assunto: as rodas de capoeira e de samba, os toques de candomblé, etc...”

Incriminado, responde Édison Carneiro:

“O congresso do Recife, levando os babalorixás, com sua música, para o palco do Santa Isabel, pôs em xeque a pureza dos ritos africanos. O Congresso da Bahia não caiu nesse erro. Todas as ocasiões em que os congressistas tomaram contato com as coisas do negro, foi no seu próprio meio de origem, nos candomblés, nas rodas de samba e de capoeira.”

Somente muito mais tarde, em 1953, Édison Carneiro reconheceria que “estas duas atitudes — a de considerar o negro um estrangeiro e a preferência pelas suas religiões — desgraçaram os estudos do negro”. Ao que eu acrescento: muito mais que aos estudos do negro ajudaram a desgraçar o próprio negro. O TEN é um prolongamento, a continuidade de outra linha de orientação que Guerreiro Ramos chamou de pragmática. Um de seus primeiros serviços prestados ao negro e à cultura brasileira foi a denúncia daqueles estudos. À corrente pragmática repugnava o uso do negro como objeto, material etnográfico. Personagem relevante dessa corrente, Fernando Góes disse certa ocasião à *Folha da Noite* (São Paulo, 6-6-1949):

“Penso que é tempo de todos olharem o negro como um ser humano, e não como simples curiosidade ou assunto para eruditas divagações científicas. Que se cuide da ciência não é só louvável como imprescindível. Mas que se assista ao desmoronamento e à degradação de uma raça de braços cruzados, me parece um crime, e um crime tanto maior quando se sabe o que representou para a formação e desenvolvimento econômico do nosso país.”

A *revolta* não é o sentimento auto-intoxicador estudado por Max Scheler, definido por Camus como “a secreção nefasta em vaso fechado, de uma impotência prolongada”. Muito pelo contrário, ela é o fruto de uma consciência lúcida e bem informada que não transige nem transaciona com sua identidade e seus direitos. Por isso, ainda segundo Camus, “todo movimento de revolta invoca tacitamente um valor”.

Que valor invoca a *revolta* do negro? Seu valor de Homem, seu valor de Negro, seu valor de cidadão brasileiro. Quando a Abolição da escravatura em 1888 e a Constituição da República em 1889 asseguraram teoricamente que o ex-escravo é um cidadão brasileiro com todos os direitos, um cidadão igual ao cidadão branco, mas, na prática, fabrica um cidadão de segunda classe já que não forneceu ao negro os instrumentos e meios de usar as franquias legais — atingem profundamente sua condição de homem e plantam nele o germe da *revolta*. As oligarquias republicanas, responsáveis por essa abolição de fachada, atiraram os

quase cinquenta por cento da população do país — os escravos e seus descendentes — à morte lenta da miséria, dos guetos do mocambo, da favela, do analfabetismo, da doença, do crime, da prostituição. O crime perfeito do *linchamento branco*, isto é, incruento, sem sangue. O linchamento que não deixa rastro nem prova. Com Antônio Callado podemos, sem eufemismo, chamar a Lei Áurea de Lei de Magia Branca, pois nenhuma imposição jurídica ou legal, por si só, tem força para mudar trezentos anos da cultura de privilégios do branco e de espoliação e submissão do negro.

Diante dessa situação objetiva, compreende-se melhor frases como a de Joaquim Nabuco: “A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da antiga: a cor preta.” Ou de Edison Carneiro: “... um brasileiro de pele preta, que por sinal vai rapidamente perdendo essa característica de cor”.

Vemos na frase de Edison Carneiro o ideal da brancura inserido nos refolhos das aspirações brasileiras. Certa vez, em artigo no *Diário de Notícias* (10-12-1950), Tristão de Athayde afirmou que a substituição do índio pelo negro e depois a do negro e do mestiço pelo europeu “era, no fundo, a idéia racista que dominava, com a convicção de que a imigração exclusivamente européia chegasse à arianização do estoque racial mestiço”. Ataliba Viana ridiculariza nossa propalada miscigenação. Pois não passa de outro capítulo de uma espoliação que se eterniza pelos séculos afora, uma forma de preconceito, de racismo, que vai, segundo as circunstâncias, ressurgindo das cinzas — como a fênix mitológica — travestido em outras formas e outros nomes.

Miscigenação nunca foi sinônimo de ausência de preconceito. Daniel Guerin, um francês que estudou a situação do negro norte-americano, anota que “quase todos os negros americanos — 80%, calcula-se — são, na realidade, mulatos”. Está aí destruído o mito de que mistura de raças é a contraprova do racismo. O imperativo fisiológico, as condições sócio-econômicas levaram o português ao comércio sexual com a negra. Nada prova a favor de sua proclamada índole isenta de preconceitos. Os resultados desse processo biológico aí estão à face de quem quiser ver: um simulacro de democracia racial elevado à categoria de tabu, de fetiche. Certo e verdadeiro é: a condição de *escravo*, isto é, de *coisa* (o ser humano coisificado), facilitou a misci-

genação, para a desgraça do negro. Em sua origem, a miscigenação é a violência, o abuso do poder — e não sentimentos humanos e apreconceituosos dos colonizadores. Única e exclusivamente às custas da raça negra se erige esse monumento de impostura, de trágica mentira e cruel hipocrisia, denominado democracia racial brasileira. Diante da miscigenação eu sou neutro: nem contra, nem a favor. Mas não posso morrer calado, como aquele personagem de Koestler (*O Zero e o Infinito*), tendo diante dos olhos uma teoria de miscigenação que mais é a teoria predatória da raiz negra, teoria de mistificação, mascaramento e auto-absolvição. Como refere José Honório Rodrigues (*O Jornal*, 11-5-1961):

“Se examinarmos a ação portuguesa na África veremos que a proclamada falta de preconceito não conduziu à miscigenação. Porque, como já acentuamos, faltou ali, quando realmente se iniciou a colonização, no fim do século passado, a *escravidão* [o grifo é meu] que permitia, com ou sem preconceito, usar e abusar dos escravos num plano meramente material e sexual.”

Ainda contemporaneamente se identifica a não existência de agressões violentas contra o negro, tipo Estados Unidos, África do Sul, Angola e Moçambique, com ausência de discriminação racial. É como se se raciocinasse: enquanto negro não é caçado à paulada no meio da rua, não está sofrendo nenhuma injustiça ou agressão. Não percebem, os que assim pensam, a sutil teoria sócio-psicocultural, que vem se complexando ao longo de nossa história, atirando os que dela participam num labirinto surrealista. Isso tem retardado, mas não erradicado, a eclosão espetacular do preconceito e a conseqüente contrapartida, também espetacular, reação do negro. O desenvolvimento do país, a industrialização de amplas áreas de nosso território, o predomínio cada vez maior da civilização urbana, não só devido ao crescimento das cidades, como à velocidade dos meios de comunicação, levando informação e hábitos novos aos mais distantes rincões da pátria, estão despertando o negro para sua realidade imediata. O negro brasileiro está à espera. Está impaciente. Mas, “de espera em espera”

— diz Epicuro — “consumimos nossa vida e morremos todos sobre o trabalho”...

Outro fundamento da *revolta* é algo que ultrapassa o desprezo da pele preta: trata-se do esmagamento da cultura trazida pelo africano, cujos valores foram sumariamente proscritos do nosso complexo espiritual-cultural. Numa conferência na ABI, patrocinada pelo TEN, Katherine Dunham teve oportunidade de afirmar judiciosamente que a mais sensível das formas de privação e de esbulho é essa que provoca a inanição espiritual resultante do seccionamento dos liames da origem e da tradição. Entretanto, para os ‘cientistas’ das pesquisas afro-brasileiras, afirmar os valores da cultura negra no jogo democrático das culturas de todos os povos e nacionalidades é ‘saudosismo’, ou solução ‘norte-americana’, segundo Edison Carneiro, um dos autorizados porta-vozes dessa tendência. Tal grupo chega, na sua auto-estima e supervalorização, a nem perceber a distância que medeia os que *vivem* um problema daqueles que, nos gabinetes, antolhados por critérios ‘científicos’ maldigeridos, se julgam os maiores donos da certeza e da verdade.

Aliás, a ênfase cientificista que Edison Carneiro empresta a seus trabalhos chega mesmo a limites pitorescos. Principalmente, revela seu supremo desdém pelo negro-povo, que não ostenta títulos científicos. Por isso, sua linguagem vinca a *consistência científica, a ciência como forma superior de conhecimento da realidade*, contra as colocações de molde popular da questão, do que ele chama *sentimentos acientíficos e anticientíficos*. O que foi, em que constituiu a tal ‘ciência’ afro-brasileira? O povo negro a conhece de sobra: uma literatura descritiva, ornamental, que em nada o ajudou a caminhar na senda da liberdade e do progresso. Exibidos e explorados como material pitoresco, sua cozinha, seus cultos, sua criminalidade, sua amatória; mas desprezaram, negligenciaram seu direito de ascensão social como negro. Sem a necessidade de transformar-se na pele e no espírito num ser étnica e culturalmente ambíguo, como se fosse vergonha ou crime sua afirmação como negro. Em nome da ‘ciência’ pregam uns o luso-tropicalismo, outros, a miscigenação, como formas tradicionais de solução do problema. Em verdade o que pleiteiam é a branquificação. Quando abandonam ponderações desse teor deslocam o fundamental da questão no sentido de encaminhá-la para

a luta de classes. Outro equívoco, para não dizer uma nova impostura.

A luta do negro pode coincidir com a luta operária, mas de forma alguma com ela se identifica pura e simplesmente. Não está provado que o caminho da libertação racial seja o mesmo da libertação social. O que aprendemos com os exemplos históricos é que, na União Soviética, negros e judeus sofrem ou já sofreram discriminação. Nos Estados Unidos existem operários e sindicatos antinegros, constituindo uma verdadeira aristocracia branca de trabalhadores em detrimento do negro. Daniel Guerin descreve em seu livro *Descolonização do Negro Americano* o pavor de um líder comunista branco ao ter de receber em sua casa, em Nova Orleans, um grupo de negros do seu próprio partido. Estes só puderam entrar pela porta da cozinha... Não constitui assim uma lei sociológica a subordinação da emancipação racial à emancipação social, ou que ambas coincidam necessariamente. A recusa dos sindicatos brancos norte-americanos obrigou o negro à criação de seus próprios sindicatos de trabalhadores. Os trabalhadores em geral desconhecem os problemas específicos do negro. Há relações de caráter espoliativo entre os próprios trabalhadores. Tal verificação invalida esta conclusão de Artur Ramos:

“O preconceito de cor é um fenômeno de racionalização histórica, ou melhor, um pretexto, uma estereotopia, que oculta os verdadeiros fatores econômicos. (...) Desaparecidos os fatores econômicos, a ‘linha de cor’ se atenuará mais e mais até o seu desaparecimento. A competição ainda existente se fará, então, nas linhas de classe.”

A romancista branca norte-americana Lilian Smith também testemunha esse fenômeno que ultrapassa o problema da linha de classes. Menciona a ‘droga’ do preconceito que embriaga os ‘brancos pobres’, e entre nós pode ser facilmente constatada a mesma ‘droga’, embriagando os brasileiros da região mais pobre do país — o nordeste. Entre muitos testemunhos leia-se, por exemplo, o romance de Romeu Crusoé, *A Maldição de Canaã*.

Ainda está por ser escrita a história das lutas do negro brasileiro para garantir a sobrevivência, liberdade e dignidade de

ser humano. Cioso da importância de seu papel histórico no Brasil, mas, nem por isso, abrindo mão de uma história de milênios, um passado cultural próprio que nenhuma assimilação ou aculturação deve coagir até ao desaparecimento. O jogo das inter-influências culturais deve constituir-se de uma reciprocidade digna entre todas as diferentes expressões culturais, sem supremacias nem inferioridades. A raça negra, segundo Joaquim Nabuco, “fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua”, pois “o que existe até hoje sobre o vasto território chamado Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país”. Naquela época, antes da Abolição, brasileiros dignos e preocupados com o futuro do país, assumiram o Mandato da Raça Negra. Hoje é o próprio negro que se investe no dever intransferível de sua promoção humana, social, econômica e cultural. Ele se recusa a permanecer como matéria-prima, vegetativo, pitoresco, segundo o retratou um repórter de *L'Europeo*, Gian Gaspare Napolitano (M. Fonseca, *O Jornal*, 3-9-1950):

“Eram belos tipos, altos, desempenados, vestidos impecavelmente de branco, com chapéu, guarda-chuva, sapatos lustrosos, camisa aberta, de cor. Tinha tudo quanto um negro pode desejar no mundo: relógio de pulso, caneta-tinteiro, lençinho no bolso, uma correntezinha de ouro no pescoço. (...) Cresce como pode, é de boa índole, doce, sensual, mentiroso, afetuoso, devoto, visionário. (...) É-lhes vedado frequentar academias militares, se chega a oficial, depois de ter sido suboficial, não passará nunca do posto de capitão, jamais será deputado, senador, ministro, juiz ou diplomata. (...) Dentro de cinquenta, setenta anos, *este problema não existirá mais, os brancos terão absorvido os negros e os índios por meio dos cruzamentos.*” [O grifo é meu.]

Em um dos seus últimos livros, Édison Carneiro diz que “um avultado grupo de pequenos-burgueses e burgueses intelectualizados de cor tentou dar voz a manifestações racistas, de supremacia emocional do negro, a fim de adornar o problema de

acordo com a inspiração, a fórmula e a solução norte-americanas”. Mais adiante refere-se novamente a “esta americanização forçada do problema”, como a querer transferir para o negro, que viveu intensamente sua situação vital, o seu mimetismo cientificista, já que conclui pela necessidade do cientista “reorientar os estudos do negro”. Sua ‘ciência’ de periferia não lhe permitiu penetrar até à intimidade do negro. Recriou nos livros os candomblés, o folclore, com a marca do superficial, do esquemático, ou inaceitável simplificação. Édison Carneiro jamais poderia emitir os conceitos transcritos, emitidos à raiz da discussão, que, no I Congresso do Negro Brasileiro, se fez da tese de Ironides Rodrigues, ‘A Estética da Negritude’. Tanto Édison Carneiro como L. A. Costa Pinto se insurgiram, negaram a Negritude e tentaram mesmo levá-la ao ridículo. Com a publicação do volume em preparo, *Negritude Polêmica*, a sair brevemente, se constatará, através das notas taquigrafadas, a consagração pelo Congresso em peso — o povo negro, o povo-massa-de-cor — do conceito da Negritude, numa lúcida antecipação do fenômeno histórico que conduziu as nações africanas à afirmação de sua independência. Curioso e significativo que por ocasião da realização do Primeiro Festival Mundial das Artes Negras — promovido para enfatizar a Negritude no mundo (Dacar, abril de 1966) — nenhum dos defensores da Negritude, tão atacados por Édison Carneiro e L. A. Costa Pinto, esteve presente ao mesmo. No entanto, Édison Carneiro não só participou da comissão organizadora (Itamarati), como viajou à África...

A Negritude, em sua fase moderna mais conhecida, é liderada por Aimé Césaire e Leopoldo Sedar Senghor, mas tem seus antecedentes seculares, como Chico-Rei, Toussaint Louverture, Luís Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Yomo Keniata, Lumumba, Sekou Touré, Nkrumah e muitos outros. Trata-se da assunção do negro ao seu protagonismo histórico, uma ótica e uma sensibilidade conforme uma situação existencial, e cujas raízes mergulham no chão histórico-cultural. Raízes emergentes da própria condição de raça espoliada. Os valores da Negritude serão assim eternos, perenes, ou permanentes, na medida em que for eterna, perene ou permanente a raça humana e seus subprodutos histórico-culturais.

Sempre penetrante e autorizado, diz Guerreiro Ramos:

“Não é um comportamento romântico que levaria esses povos (africanos) ao enclausuramento (Negritude), a se apegarem aos seus costumes sob a alegação, realmente suicida, de preservá-los em sua pureza; é antes uma atitude que não exclui o diálogo, pois contém a consciência de que, para ser historicamente válida, a auto-afirmação dos povos deve confluir para o estuário de todas as altas culturas da humanidade.”

Integração social assim compreendida não deve, pois, ser confundida com o embranquecimento compulsório, o desaparecimento do negro e da negritude nos quadros étnicos de uma maioria predisposta a tragá-los. Extinguem o negro manipulando o regime imigratório, na imposição de um estado permanente de miséria, na hipertrofia da miscigenação, como o valor mais alto de nossa civilização. Não resta a menor dúvida: é o fim da raça negra no Brasil. A integração não-racista que pregamos é outra. Corresponde à abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana. Por que essa pregação acintosa e coativa de clarificação da pele e da cultura do povo brasileiro? Justifica-se, a não ser para os racistas, a pressão a favor dos estilos culturais e espirituais do ocidente em detrimento de outras influências e contribuições? O que se pratica aqui é a negação dos princípios da verdadeira democracia racial, de cor e cultural, é a vigência do racismo anti-negro. Racismo sem apelo ou defesa das vítimas, e para isso funcionam os mecanismos de segurança, criando o inconsciente coletivo, que Guerreiro Ramos chama de “lista de preços dos valores que cada sociedade fornece a todos os seus membros, por força de uma espécie de pedagogia imanente”.

Não é segredo a pedagogia imanente do nosso subconsciente coletivo: um dos seus sustentáculos é a glorificação da Mãe Preta. Quase não há, em nosso país, quem não exiba uma negra que lhe contou histórias em criança ou lhe deu de mamar. É, em geral, o passaporte à condição de amigo do negro. Também a exaltação dos craques negros de futebol — vencida a etapa da resistência a seu ingresso tão bem estudada por Mário Filho — é

outro instrumento de segurança, ocorrendo o mesmo com o aplauso frenético aos cantores e músicos negros, às escolas de samba, aos cômicos, passistas e cabrochas. Tais válvulas de segurança social destinam-se ainda a anestesiar a má consciência dos usufrutuários de privilégios sociais, monopolistas do bem-estar herdados ainda do regime escravocrata. A própria Lei Afonso Arinos, votada para outros fins, presta sua involuntária colaboração à manutenção do *status quo*. Possuindo uma lei antidiscriminativa e antipreconceituosa, os dirigentes, os responsáveis pelo progresso social e político consideram-se quites com quaisquer ônus ou obrigações referentes à situação interétnica.

Oprimido e espoliado permanece o negro. Os sofrimentos que ele padece têm origem na cor de sua pele. Não basta um negro — excepcional ou sob proteção paternalista — galgar um lugar de projeção, elevar-se do nível geral médio de seu povo. Importa, sim, é lutarem todos e conquistar oportunidades de elevação para todos. Pois enquanto um negro for tolhido em sua liberdade por ser negro, enquanto um negro tiver obstaculizada sua realização pelo fato de sua cor epidérmica, todos nós — os negros — estaremos implicitamente sendo atingidos em nossa dignidade de homens e de brasileiros.

Assim, o primeiro passo é o negro assumir sua negritude. Ele sofre, é discriminado, por causa da cor de sua pele que os outros vêem. Não adianta a reiteração teórica de que cientificamente não existe raça inferior ou raça superior. O que vale é o conceito popular e social de raça, cuja pedra de toque, no Brasil, se fundamenta — pior do que na declarada luta de raças — num envergonhado preconceito ornamental, em camuflada perversão estética. E tão forte é tal perversão em nosso meio que instilou no próprio negro a má consciência de ser negro. A forma de passar a linha de cor nos dias de hoje, é ‘melhorar a raça’, casando-se com branco (fato raro) ou se entregando de qualquer forma a ele (fato corrente). Aos ‘cientistas’ tem cabido a tarefa gloriosa de endossar e estimular esse verdadeiro genocídio aqui apresentado como modelo e exemplo de cruzamento de raças e harmônica convivência social. Mas, com Albert Schweitzer, também acho a ‘boa consciência’ uma invenção do diabo, e o racismo tem seu limite na índole pacífica do negro. Desde que esta cessa, isto é, no momento em que o negro quer ser um aquisitivo, assumir hábitos de

consumo não-vegetativo, e conseqüentemente aumentar sua consciência e participação políticas, quando deseja assegurar níveis superiores de existência, tocar as raízes de sua subjetividade, o racismo, sob mil disfarces, irrompe minando os passos do negro, quando não o agride frontalmente. E então somos os criadores de problemas inexistentes, os copistas da solução americana... Eu me pergunto: que quero afinal? O que fiz me documenta, me testemunha e me responde: tenho defendido a existência do negro e seus valores como ser humano e cidadão brasileiro, tento preservar e enriquecer a personalidade cultural do negro, diferenciada ao nível da universalidade. Isto não é retrocesso histórico, mas ao contrário, consciência histórica, presença histórica. Pois sabemos que a erradicação da alienação patológica do grupo negro — vítima da alienação patológica do branco — depende em grande parte da evolução qualitativa generalizada do povo brasileiro. Seus estilos culturais no Brasil degradaram sua cultura original africana, substituindo-a pela culturologia da miséria e do analfabetismo. Os quilombolas são os precursores de nossa luta de hoje, quando, arriscando a vida, recusavam a imposição do trabalho forçado, dos novos valores culturais, novos deuses, nova língua, novo estilo de vida. São eles — os quilombolas — os primeiros elos dessa corrente de *revolta* que atravessa quatro séculos de história brasileira.

A posição de certos negros lembra o personagem do romancista norte-americano Ralph Ellison: o homem invisível (*Invisible Man*). Trata-se da história de certo negro que tentou não ser visto pelos outros, já que sua cor negra lhe trazia coação, perseguição, discriminação, enfim, todos os sofrimentos. Tornando-se invisível estaria resolvido o problema. Perdendo sua identidade deixava de ser realidade para os olhos dos outros, não sofreria mais. Ele seria o não-ser, o não-existente. Para os outros. Não previra, porém, que ninguém — nem o negro — consegue não-existir existindo. Agora ele quer ser percebido, quer tornar-se realidade para os outros. Ilumina sua habitação de negro pobre, mas nada consegue, nada ocorre, nada se modifica. A luz só o ilumina para ele próprio, já que resolveu o problema para si mesmo, sem procurar resolvê-lo para sua gente de forma coletiva. O problema continua: ninguém existe só e isolado de sua comunidade. Somos seres em relação. Transitivos. E isto é válido para os membros de

uma família, de um povo, das nacionalidades, da comunidade humana. Este o sentido de nossa *revolta*. Ainda segundo Camus, mesmo a revolta “mais elementar expressa, paradoxalmente, a aspiração a uma ordem”, no caso, uma ordem onde não seja mais possível “que uma igualdade teórica encubra grandes desigualdades de fato”. Os nossos ‘negros invisíveis’ constituem uma pequena classe média e pequena burguesia negra e mulata, dependentes das classes dirigentes, e têm uma atitude cautelosa de domesticados. Não se envolvem na promoção humana e valorização social do povo de cor, ao contrário, funcionam na faixa da segurança social e manutenção do *status quo*. Se por acaso abrem a boca, refletem o ponto de vista dos racistas de todos os matizes: “no Brasil não há problema de cor nem de raça”. Quando se aproximam do negro é na qualidade de ‘cientistas’... Os ‘negros invisíveis’ aspiram à paz a qualquer preço e encontram a morte. Nem sempre por covardia. Mas, por preguiça ou carreirismo, se demitem da liberdade “para discernir o bem e o mal”. Certamente as pequenas conquistas do negro no campo social não se devem aos negros desse tipo. Muito mais devemos aos negros norte-americanos, cuja brava luta é uma advertência seríssima não só lá, como também aqui, em nosso país. Nesta última década passamos a dever também aos países africanos livres. A só presença de seus representantes diplomáticos funciona como uma implícita fiscalização e crítica das relações de pretos e brancos, de nossa democracia racial.

#### SEMANA DE ESTUDOS SOBRE O NEGRO

O número quatro da revista *Cadernos do Nosso Tempo* (abril-agosto de 1955) publicou a seguinte nota:

“O Teatro Experimental do Negro, desde 1944, vem promovendo certames periódicos sobre relações de raça no Brasil. Assim é que patrocinou as duas Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1945) e a segunda no Rio (1946); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949), e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950).

No presente ano o Teatro Experimental do Negro organizou uma semana de estudos, a qual foi levada a termo, de 9 a 13 de maio, na ABI, tendo consistido numa série de conferências cujos autores procederam a uma revisão dos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro em nosso país.

O Sr. Nelson Werneck Sodré discorreu sobre 'O Negro como tema na Literatura Brasileira', analisando a obra de José de Alencar, Castro Alves, Machado de Assis e de outros escritores; o ator Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, falou sobre o desenvolvimento das associações dos homens de cor em nosso país; a Sra. Guiomar Ferreira de Matos tratou o tema 'Formas sutis de preconceito no Brasil', e finalizando o ciclo no dia 13 de maio, nosso companheiro Guerreiro Ramos pronunciou uma conferência sobre o problema étnico brasileiro na qual formulou novas diretrizes metodológicas para o estudo do assunto.

Houve, também, no dia 10 de maio, uma homenagem ao escritor Álvaro Bomilcar, precursor dos nossos estudos brasileiros sobre relações de raça. Nesta homenagem usaram da palavra os professores Hamilton Nogueira e Guerreiro Ramos e o ator Abdias do Nascimento.

Ao encerrar-se a Semana de Estudos, o Teatro Experimental do Negro fez uma declaração de princípios que, a seguir, é transcrita, com a data de 13 de maio de 1955:

#### DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Ao encerrar a Semana de Estudos sobre Relações de Raça, o Teatro Experimental do Negro

a) considerando as tendências gerais que se exprimiram nas conferências realizadas durante as sessões da referida semana;

b) considerando as mudanças recentes do quadro das relações internacionais impostas pelo desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos de cor, o qual se constituiu no suporte da autodeterminação e da auto-afirmação desses povos;

c) considerando os perigos sociais que poderiam advir do equívoco de definir em termos raciais as tensões decorrentes das relações metrópole-colônia e capital-trabalho;

d) considerando que é anti-histórico retornarem as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e cultura, ou preservarem-se marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas;

e) considerando as novas perspectivas abertas pela nova teoria social científica acerca das questões coloniais;

f) considerando que, sob o disfarce de 'etnologia', 'antropologia', 'antropologia aplicada', e a despeito de contribuições científicas de profissionais dedicados a essas disciplinas, têm-se corroborado, direta ou indiretamente, situações e medidas retardativas da autodeterminação e do desenvolvimento material e moral de minorias e povos de cor;

g) considerando que o Brasil, pelas suas particularidades históricas, é uma nação ocidental em que é preponderante o contingente populacional de origem negra;

h) considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde têm vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação;

#### DECLARA:

1) É desejável que os organismos internacionais, que têm por objetivo nominal estimular a integração dos povos, sejam cada vez mais encorajados a discutir medidas concretas tendentes à liquidação do colonialismo, em todas as suas formas e matizes, uma vez que a mera proclamação de direitos e de princípios, sob forma acadêmica e em abstrato pode prestar-se (e freqüentes vezes se tem efetivamente prestado) para a coonestação da injustiça e da espoliação.

2) É legítimo reconhecer que o recente incremento da importância dos povos de cor, politicamente independentes, como fatores ponderáveis na configuração das relações internacionais, tem contribuído, de modo benéfico, para res-

taurar a segurança psicológica das minorias e dos povos de cor; todavia este fato auspicioso não deve transmutar-se em estímulo a considerar como luta e ódio entre raças o que é, fundamentalmente, uma tensão e um conflito entre sistemas econômicos.

3) Sem prejuízo do direito de as nações escolherem o seu próprio destino, é condenável toda medida ou toda política, ainda que justificada no direito de autodeterminação, que tenha por objetivo, direto ou indireto, fazer retornar as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e de cultura, ou conservá-los marginalizados nas condições ecumênicas contemporâneas.

4) É necessário desenvolver a capacidade crítica dos quadros científicos, intelectuais e dirigentes dos povos e grupos de cor a fim de que os mesmos se tornem aptos a discernir nas chamadas ciências sociais o que é mera camuflagem e sublimação de propósitos espoliativos e domesticadores e o que é objetivamente positivo na perspectiva das sociedades ditas subdesenvolvidas.

5) É desejável que o governo brasileiro apóie os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no Brasil, bem como para levar o nosso país a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo.

## CONCLUSÃO

E agora para terminar. Na data em que redijo estas linhas, está ocorrendo nos Estados Unidos o mais trágico levante de negros de quantos protestos contra a discriminação racial se tem memória naquele país. Entretanto, como diz Benjamin Muse, no seu *A Luta do Negro Americano*, “a população negra vive na América há tanto tempo quanto a branca”. Isto reconhecendo, o falecido presidente Kennedy certa vez expressou sua compreensão da luta do negro norte-americano citando particularmente que:

“A criança negra tem metade, a desperto de seus talentos, tem estatisticamente a metade das oportunidades de concluir os estudos secundários de que dispõe uma criança branca, um terço das oportunidades de concluir os estudos superiores, um quarto das oportunidades de tornar-se um profissional liberal, quatro vezes mais possibilidades de ficar desempregado.” (*Jornal do Brasil*, 1-8-67.)

O que dizer da criança negra brasileira em face das estatísticas mencionadas páginas atrás? A nossa estatística acusa apenas 34 por cento de oportunidades para negros e mulatos no grau secundário, enquanto há nos Estados Unidos 50 por cento dessas mesmas oportunidades; 8 por cento de oportunidades no grau superior para negros e mulatos brasileiros em contraposição a cerca de 33,3 por cento nos Estados Unidos. Ficou exaustivamente registrado também o preconceito de cor como a forma primeira de discriminação no mercado brasileiro de trabalho. Isto, obviamente, é a origem da evidente ausência de mobilidade vertical do negro brasileiro nos trabalhos especializados da nossa indústria, nos negócios de crédito e finanças, no funcionalismo público, na diplomacia, no oficialato das forças armadas.

Tal verificação invalida de plano o argumento negador da conotação racial sob a alegação da existência também de brancos pobres de várias origens étnicas e procedências nacionais. A experiência histórica do negro difere fundamentalmente da experiência de outros grupos geralmente citados como exemplo de que o baixo nível sócio-econômico não é privilégio do afro-brasileiro. Entretanto, não há nenhum outro grupo étnico que tenha sido trazido para as terras brasileiras sob violência, sob grilhões. Nenhum outro grupo permaneceu explorado durante tanto tempo — quase quatrocentos anos. Nenhum outro grupo, como o negro liberto da escravidão, ficou impedido, através da manipulação de inúmeros expedientes sub-reptícios, de ingressar na sociedade competitiva. O afro-brasileiro foi marginalizado, após o 13 de maio de 1888. Outros grupos sofreram e talvez possam continuar sofrendo os efeitos da pobreza e da miséria, mas isso por defeitos do regime de distribuição de riquezas, de rendas, ou por incapacidade individual, jamais por ter na sua origem étnica — na cor de sua pele — a senha social para a anulação apriorística de suas oportuni-

dades de concorrer com os demais brasileiros em igualdade de condições.

“A revolta é profundamente positiva, pois revela o que há que defender sempre no homem.”  
Albert Camus, *L'Homme Révolté*

Rio de Janeiro, agosto de 1967

## Documentos

### 1

CARTA-ABERTA AO EXMO. SENHOR CHEFE DE POLÍCIA,  
GENERAL LIMA CÂMARA

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1949

Excelentíssimo Senhor:

Ontem, quinta-feira, fomos impedidos de entrar no Baile dos Artistas que se realizava no Hotel Glória — eu e os artistas Ruth de Sousa, Marina Gonçalves e Claudiano Filho, todos pertencentes ao Teatro Experimental do Negro, que dirijo — pelo comissário, Dr. Agnaldo Amado, apesar de portadores de convites gentilmente oferecidos pela Sociedade dos Artistas Brasileiros e pela revista *Rio*, patrocinadores da festa. O proprietário do Hotel Glória, Dr. Edgar da Rocha Miranda, é uma das pessoas que apóiam — ao lado dos nomes mais representativos da inteligência, da cultura, das artes e do jornalismo de nossa terra — a obra que o TEN vem realizando em prol da valorização social da gente de cor brasileira. Daí nossa surpresa ante a atitude do Dr. Agnaldo Amado que, na qualidade de comissário de serviço naquele hotel, além de *proibir terminantemente nossa entrada pelo fato de sermos negros*, empurrou-nos brutalmente sem que houvesse motivo, já que nenhum de nós teve o menor gesto de protesto contra tão estranho procedimento de uma autoridade que deveria ser a primeira a garantir a ordem e os direitos de todos os brasileiros sem distinção